

# **Correndo para o fundo do poço: negação da ciência e terraplanismo econômico na reação do governo à crise da pandemia**

**Bráulio Santiago Cerqueira<sup>1</sup>**

## **1) O choque da pandemia e a pior recessão da história**

O choque econômico associado ao novo coronavírus decorre do distanciamento social imposto pela pandemia. As necessárias medidas de isolamento, parcial ou total, da população, comprometem a produção e a circulação de bens e serviços, reduzem vendas e receitas e comprimem lucros, salários e rendimentos dos trabalhadores por conta própria e do setor informal.

Em simultâneo, a saúde pública é pressionada a expandir a oferta de procedimentos preventivos, diagnóstico, exames e internação dos infectados com sintomas mais graves.

Não há dicotomia entre crise sanitária e econômica. O relaxamento precoce do distanciamento social, como demonstram cidades ou países que optaram por esse caminho, impacta positivamente a curva de contágio e de óbitos resultando em novas ondas pandêmicas e na reversão, espontânea ou oficial, da reabertura das atividades produtivas prolongando a crise. Proteger vidas é pré-condição para a volta da normalidade econômica.

A projeção de junho do Fundo Monetário Internacional aponta queda do PIB global de – 4,9% em 2020, contra um cenário pré-pandemia de crescimento de 3,0%<sup>2</sup>. Para o Brasil, que já vinha semi-estagnado antes do choque, a estimativa do Fundo é de retração de – 9,1% do produto em 2020. Os últimos cem anos não experimentaram depressão desta magnitude.

No cenário base do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ)<sup>3</sup>, o desemprego na economia brasileira pode saltar de 12 milhões para 21 milhões de trabalhadores, sem contar o aumento do desalento e da precarização. Somente em abril, o país perdeu 902 mil postos de trabalho com carteira assinada (CAGED/ME). Naquele mesmo mês, a produção industrial recuou 18,8% em relação a março (PIM-PF/IBGE), enquanto o índice de volume de serviços caiu 11,7% (PMS/IBGE).

A crise também reforça desigualdades, na medida em que os setores da economia mais afetados, como o informal, os pequenos negócios e os serviços mais intensivos em mão de obra pagam salários menores do que os menos afetados, e uma vez que a riqueza acumulada, como imóveis e títulos públicos, são preservados, ao menos em parte, da desvalorização.

## **2) A reação do governo federal à crise: negacionismo científico e terraplanismo econômico**

---

1 Mestre em Economia. Auditor Federal de Finanças e Controle. Secretário Executivo do UNACON Sindical.

2 [World Economic Outlook, Update](#), FMI, jun. 2020.

3 “Impactos macroeconômicos e setoriais da COVID-19 no Brasil”. DWECK, Esther (coord.). Rio de Janeiro: IE/UFRJ, abr. 2020.

Não há chances, aqui em qualquer lugar do mundo, de responder à crise sem a massiva atuação do Estado. Trata-se de um desafio coletivo colocado pela velocidade de propagação e letalidade do vírus, pela subutilização dos recursos produtivos, pela queda da demanda privada. Somente o governo pode: coordenar a disseminação de protocolos de prevenção à contaminação; disciplinar o distanciamento social; prover serviços de saúde na escala necessária; expandir o gasto (mesmo com queda de receitas) em defesa da vida e da renda da população; mitigar as perdas de receitas das empresas dilatando o crédito; interromper a deflação de ativos financeiros irrigando com dinheiro novo os mercados; e coordenar a retomada.

No Brasil, seja pelo negacionismo científico, seja pelo ultraliberalismo da equipe econômica, uma variante do terraplanismo aplicada à economia, o governo federal vem atuando de forma bastante insatisfatória nas duas frentes de defesa da população, a sanitária e a econômica.

Na saúde, depois de duas trocas de ministros, optou-se pela entrega da pasta a um não especialista. Nesse ínterim, a COVID-19 foi comparada a um resfriado, a origem do vírus foi atribuída a uma conspiração chinesa, minimizou-se a importância do distanciamento social como forma de redução do contágio, e o Ministério da Saúde chegou a interromper a divulgação de informações consolidadas sobre contaminação e óbitos para depois voltar atrás obrigado pelo judiciário. Some-se a prevalência dos conflitos políticos em detrimento da cooperação entre poderes e na federação, e lamentavelmente, com aproximadamente 60 mil mortes causadas pela doença no início de julho, abaixo apenas dos EUA<sup>4</sup>, nosso país ruma para o primeiro lugar de óbitos mundial.

Na economia, mesmo diante da realidade do colapso da atividade, o ultraliberalismo/terraplanismo impede o desenho e a implementação de medidas na escala necessária à defesa da renda do trabalho e das empresas, especialmente pequenas e médias.

Depois de destacar o bom desempenho do PIB privado<sup>5</sup>, um conceito inexistente, para minimizar o baixo crescimento econômico de 1,1% em 2019, o Ministério da Economia chegou a afirmar que a aceleração das reformas liberalizantes – como privatizações, nova flexibilização das leis trabalhistas, independência do Banco Central etc. – iria garantir o equilíbrio das contas públicas e consequentemente “blindar” a economia brasileira da crise em 2020<sup>6</sup>. Sem qualquer efeito positivo sobre a conjuntura crítica, pelo contrário, a agenda de desmonte de direitos e do Estado prosseguiu, com a aprovação no parlamento da “carteira de trabalho verde e amarela” (Medida Provisória 905/2019), com o congelamento de salários e de concursos públicos até dezembro de 2021 (Lei Complementar 173/2020) – uma “granada” no bolso dos servidores públicos<sup>7</sup> –, ou com a sanção do novo marco do saneamento (Projeto de Lei 4.162/2019) com vistas à privatização da água e esgoto nos Estados e Municípios.

---

4 Números globais da pandemia disponíveis em: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ccid=BR:pt-419>.

5 [Nota Informativa da Secretaria de Política Econômica](#), 4 de março de 2020.

6 De acordo com o ministro [Paulo Guedes](#), 10 mar. 2020.

7 Ministro [Paulo Guedes](#), na reunião ministerial de 22 de abril de 2020.

De todo modo, premido pelas circunstâncias e pelo exemplo global, o governo federal se viu diante do imperativo de agir efetivamente ampliando despesas e postergando a cobrança de impostos para auxiliar famílias, empresas e, principalmente, garantir a solvência do sistema financeiro.

A decretação do estado de calamidade pública e a aprovação da Emenda Constitucional nº 106, o chamado “orçamento de guerra”, suspenderam no Brasil a vigência das regras fiscais que restringiam o gasto da União em programas sociais e em investimento. E mesmo assim, a equipe econômica reluta em atuar em defesa da vida e da economia.

O valor proposto pelo Ministério da Economia para o auxílio emergencial aos desempregados e aos trabalhadores informais foi de apenas R\$ 200,00, modificado pelo Congresso para R\$ 600,00. Diante da persistência da pandemia, sua prorrogação encontrou resistência na área econômica, que sinalizou redução do benefício e/ou diminuição dos salários de servidores públicos<sup>8</sup>. O auxílio a Estados e Municípios só foi aprovado após proibição de concursos e congelamento de salários de servidores até dezembro de 2021, e mesmo assim os recursos transferidos devem ficar aquém do necessário à manutenção regular dos serviços de educação, segurança, assistência e saúde à população. Os exemplos de timidez/insensatez do Governo Federal na adoção de ações anticíclicas são os mais variados. Na proposta inicial de ajuda ao pagamento da folha das empresas, incluiu-se a permissão para que empregados entrassem em licença capacitação por 4 meses sem receber salários, medida descartada pelo Congresso. Na sequência, a MP 936/2020, desta feita aprovada, autorizou, mediante acordo individual, a redução de até 70% de jornada e salário ou a suspensão do contrato de trabalho por até 60 dias, incluindo como contrapartida o acesso do trabalhador ao seguro desemprego.

### **3) Uma exceção na crise: a eficácia da proteção ao sistema financeiro**

Somente em uma frente de defesa da economia o governo vem mostrando tempestividade e desenvoltura: a do sistema financeiro, e mesmo assim com um grande ausente até o momento, o banco de desenvolvimento brasileiro (BNDES), agora voltado quase exclusivamente à entrega do patrimônio público à iniciativa privada.

O apoio aos bancos e investidores começou com aceleração da liberação de parte dos depósitos compulsórios, com a compra por bancos públicos de ativos de instituições financeiras em dificuldades e com ampliação da folga de capital dos bancos. Seguindo a tendência mundial e na esteira das pressões deflacionárias, a taxa básica de juros (taxa Selic) foi sucessivamente reduzida desde março, caindo de 4,25% a.a. para o mínimo histórico de 2,25% a.a. em junho. Além disso,

<sup>8</sup> Depois de negar a necessidade de prorrogar o auxílio, a equipe econômica aventou a possibilidade de continua-lo, mas com menores valores. O presidente da República, então, sugeriu manter os R\$ 600,00, mas com corte de vencimentos de parlamentares e políticos, ao que o presidente da Câmara respondeu com a sugestão de corte de salários do conjunto dos servidores públicos ([Correio Braziliense, 9 de junho de 2020](#)).

com a aprovação Emenda Constitucional nº 106, o Banco Central foi autorizado a comprar títulos públicos, privados e direitos creditórios nos mercados secundários de forma a facilitar a rolagem da dívida pública e preservar a liquidez e o patrimônio dos fundos de investimento.

A previsão é de R\$ 1,2 trilhão de emissão monetária para garantir a solvência do sistema financeiro<sup>9</sup>. À guisa de comparação, a estimativa para o gasto adicional com a ajuda às famílias, empresas e saúde é de R\$ 327 bilhões<sup>10</sup>, menos de 1/3 do auxílio aos bancos.

O lucro dos bancos, a indústria de fundos e a bolsa agradecem. Ao menos no curto prazo, descolaram-se, mais uma vez, da economia real e da vida das pessoas. O índice IBOVESPA, que em fevereiro chegou a 116 mil pontos, despencou para 63 mil em março, mas já se encontra em 96 mil no início de julho, numa reação espetacular patrocinada pela ação decisiva do governo.

#### **4) O dinheiro não acabou nem vai acabar**

A crise desmoraliza o ultraliberalismo e a visão terraplanista das finanças públicas. A mentira segundo a qual o governo está sujeito às mesmas restrições orçamentárias de famílias/empresas é descortinada na pandemia.

Desde 2015 os ideólogos do mercado financeiro afirmam sem constrangimentos que “o dinheiro do governo acabou”, que “o Estado está quebrado”, que “as políticas públicas não cabem no orçamento”, que “a dívida pública está se aproximando do seu limite”. Sem dinheiro não haveria alternativa a não ser a capitalização da previdência, a mercantilização da saúde, a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, o arrocho nos servidores, as filas no Bolsa Família e no INSS, a venda do patrimônio público, a privatização do saneamento etc.

Eis que chega a pandemia, os fluxos econômicos privados são abruptamente interrompidos e o dinheiro do governo que havia acabado simplesmente reaparece. Mais de R\$ 1 trilhão, ou seja, toda a suposta economia com a reforma da previdência, serão despejados nos bancos. Outros R\$ 300 ou R\$ 400 bilhões adicionais serão gastos com a população e empresas.

Como isso foi possível? Diferentemente de famílias e empresas, não há restrições financeiras absolutas ao gasto público além de regras autoimpostas como o teto de despesas primárias, a meta de superávit primário, dentre outras. Uma vez suspensas, via decretação do estado de calamidade e aprovação do “orçamento de guerra”, o governo federal se libertou das amarras legais e pôde gastar. E por que não há restrição financeira ao gasto? i) Porque só o governo cria moeda estatal, podendo fazê-lo mesmo em meio à queda de receitas; ii) porque um governo que emite moeda não pode quebrar ou deixar de pagar a dívida em moeda local; e iii) porque é o governo, sob circunstâncias dadas, quem define a taxa de juros na qual se endivida.

---

<sup>9</sup> [Combate aos Efeitos da COVID-19: novos instrumentos para o BC](#), Banco Central do Brasil, 9 de abril de 2020.

<sup>10</sup> [Monitoramento dos Gastos das União com COVID-19](#), Tesouro Transparente, posição em 1 de julho de 2020.

Como em todos os países, no Brasil as receitas estão despencando, o gasto público aumentando e a dívida crescendo a ritmo acelerado. O déficit primário possivelmente ultrapassará 12% do PIB este ano e a dívida pública se aproximará de 100% do PIB<sup>11</sup>. Mas como o governo não experimenta as restrições financeiras de famílias e empresas, a taxa de juros está no mínimo histórico e o refinanciamento da dívida não experimenta maiores sobressaltos. O caixa do governo federal contava, em abril, com R\$ 1,2 trilhão.

Também não há, em meio à depressão, restrições propriamente econômicas ao uso contracíclico das finanças públicas. Com o desemprego em alta e a capacidade ociosa elevada, a injeção de gasto público e poder de compra na economia não gera inflação. No Brasil, as expectativas de mercado no final de junho compiladas pelo Banco Central apontavam inflação de 1,6% para 2020, um recorde histórico de baixa<sup>12</sup>.

Se o governo não está quebrado na emergência, por que estaria quebrado antes ou depois da pandemia? Antes da crise o governo possuía dinheiro mas não era autorizado a gastar, no meio da crise possui dinheiro e pode gastar, e no pós crise terá dinheiro e poderá auxiliar na recuperação se não for constrangido pelo retorno de regras fiscais disfuncionais ao emprego e à geração de renda na economia.

### **5) Correndo para o fundo do poço: a proposta de redução de salários de servidores na crise**

Desde o ano passado, por exemplo via PEC 186/2019, governo e parlamento vêm discutindo o congelamento ou redução de salários de servidores públicos dos três níveis da federação, exceto militares. Argumenta-se, como na reforma da previdência, que o “dinheiro do governo acabou” e que os gastos com a folha se encontram descontrolados em trajetória explosiva.

Ambos os argumentos são falsos, pois a pandemia mostra que o governo federal não possui restrições financeiras absolutas e, além disso, as despesas com pessoal na União, incluindo ativos e aposentados, civis e militares, nos últimos 20 anos flutuaram ao redor do mesmo patamar, cerca de 4% do PIB<sup>13</sup>.

Em meio à pandemia e à nova onda de estigmatização dos servidores públicos, mais uma vez com exceção dos militares, voltaram as propostas de redução de salários no serviço público: “Milhões de brasileiros vão perder o emprego, (ter) a renda diminuída. Nenhum deles é funcionário público. Está correto isso?”<sup>14</sup> A ideia não é o governo atuar no estímulo à geração de empregos ou no combate à precarização do trabalho mas estende-la a todos os trabalhadores numa espécie de corrida sem fim para o fundo do poço.

---

11 [Relatório de Acompanhamento Fiscal](#), Senado Federal, Instituição Fiscal Independente, jun. 2020.

12 [Focus - Relatório de Mercado](#). Brasília: BCB, 26 de junho de 2020.

13 [Reforma Administrativa do Governo Federal: contorno, mitos e alternativas](#). Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. Brasília: 2019.

14 [Adolfo Sachsida](#), Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, 18 de maio de 2020.

Cortar salários no serviço público na crise é contraproducente do ponto de vista econômico, desnecessário e inócuo para as finanças públicas, e injusto em termos distributivos.

É crucial na depressão reverter o círculo vicioso colocado em marcha pela interrupção forçada da produção, demissões, queda do consumo, baixa das vendas, compressão de lucros e novas demissões. Reduzir salários dos servidores públicos prejudica ainda mais a atividade econômica, pois dificulta o pagamento de dívidas, de aluguéis e das despesas de consumo das famílias, reforçando a crise dos serviços e da indústria. Estima-se que um corte horizontal de 25% dos salários dos servidores dos três níveis da federação provoque queda adicional de 1,4% do PIB<sup>15</sup>, um contrassenso econômico absoluto.

É desnecessário cortar salários porque o governo federal não está quebrado nem estará quebrado. Além de possuir em caixa R\$ 1,2 trilhão (posição em abril de 2020), no primeiro semestre deste ano, em razão da valorização do dólar, as reservas internacionais depositadas no Banco Central geraram um lucro próximo de R\$ 500 bilhões, que mediante alteração de lei ordinária (Lei 13.820/2019) pode ser transferido ao Tesouro para financiar quaisquer gastos emergenciais na crise. E mesmo se não contasse com dinheiro em caixa ou com os lucros do Banco Central, o governo federal pode, como vem fazendo, se endividar ou imprimir moeda para combater a pandemia.

É importante lembrar mais uma vez que também não há, em 2020, por conta da decretação da calamidade e da Emenda Constitucional nº 106, limite legal ao aumento das despesas, ou seja, já há autorização para combater a pandemia não sendo necessário tirar recursos de uma parte do orçamento para gastar mais com a população. Em 2021 só haverá restrição legal se o governo e o parlamento quiserem, ou seja, se voltarem a submeter as finanças públicas a regras que não fazem sentido na depressão em que o país se encontra.

A economia com a redução de salários, por sua vez, é absolutamente inócua, não representando nem 1% do gasto público com a crise. Somando-se a prorrogação do auxílio emergencial com os demais gastos em defesa da população e com a sustentação do mercado financeiro, estima-se em R\$ 1.773 bilhões os dispêndios do governo federal com a crise em 2020. Supondo uma redução linear de 25% dos salários dos servidores ativos federais por três meses, isso redundaria em economia de R\$ 10,6 bilhões<sup>16</sup>.

Reduzir sem necessidade salário de servidor público é escolha ideológica. Ao injetar mais de R\$ 1,2 trilhão no mercado financeiro, o governo não cogitou ampliar a taxa de lucros ou reduzir salários dos diretores de bancos. No entanto, aventa-se arrocho salarial dos trabalhadores do serviço público que: i) estão à frente da prestação de serviços à população; ii) sofreram redução de renda este ano em função da majoração das alíquotas previdenciárias; e iii) estão com salários congelados até dezembro de 2021.

---

15 [Efeitos contracionistas da PEC Emergencial: o impacto da incerteza do pagamento de salários do setor público na economia brasileira](#). Nota Técnica do Núcleo de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, fev. 2020.

16 Os dados da folha salarial dos servidores ativos do governo federal foram obtidos do “Resultado do Tesouro Nacional”, disponível em < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional> >

Finalmente, não será o corte de salários de servidores públicos que promoverá justiça distributiva, mas a reforma tributária solidária<sup>17</sup>. Justiça distributiva é deslocar a tributação no Brasil concentrada no consumo, que pesa mais sobre os mais pobres, para a renda e propriedade dos mais ricos, incluindo lucros e juros.

---

17 “Reforma Tributária Solidária”, ANFIP e FENAFISCO, 2018. Disponível em <  
<http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2018/05/REFORMA-TRIBUTARIA-SOLIDARIA.pdf>>